Boletim de Legislação

EJEF - escola que forma e informa

Nº 774 – 12 de junho de 2024 **Abrangência: 01/06/2024 a 07/06/2024**

Com o objetivo de fornecer aos magistrados e servidores em geral as informações de que necessitam para o desempenho de suas atividades e de criar subsídios para que se mantenham atualizados, a EJEF disponibiliza, semanalmente, este Boletim.

Seu conteúdo é uma seleção da legislação e de atos normativos do TJMG, inclusive da Corregedoria, publicados nos Diários Oficiais (DOU, DJU, DJe, MINAS GERAIS e DOM), tendo em vista a competência do Tribunal e a relevância da matéria para as funções jurisdicionais e administrativas.

LEGISLAÇÃO FEDERAL

Tipo/Número	Publicação/ Edição	Ementa/Resumo	Acesso ao Texto Integral
DECRETO Nº 12.038	DOU; 03/06/2024	Institui a Política Nacional de Fronteiras e o seu Comitê Nacional.	Dec. 12.038 (Site da Presidência da República)
DECRETO Nº 12.041	DOU; 06/06/2024	Institui o Programa Cidades Verdes Resilientes.	Dec. 12.041 (Site da Presidência da República)
DECRETO Nº 12.046	DOU; 06/06/2024	Regulamenta, em âmbito federal, a Lei nº 11.284, de 2.3.2006, que dispõe sobre a gestão de florestas públicas para a produção sustentável, e dá outras providências.	Lei 12.046 (Site da Presidência da República)
LEI Nº 14.878	DOU; 05/06/2024	Institui a Política Nacional de Cuidado Integral às Pessoas com Doença de Alzheimer e Outras Demências; e altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 (Lei Orgânica da Assistência Social).	Lei 14.878 (Site da Presidência da República)
LEI Nº 14.879	DOU; 05/06/2024	Altera a Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil), para estabelecer que a eleição de foro deve guardar pertinência com o domicílio das partes ou com o local da obrigação e que o ajuizamento de ação em juízo aleatório constitui prática abusiva, passível de declinação de competência de ofício.	Lei 14.879 (Site da Presidência da República)

LEI Nº 14.880	DOU; 05/06/2024	Altera a Lei nº 13.257, de 8.3.2016 (Marco Legal da Primeira Infância), para instituir a Política Nacional de Atendimento Educacional Especializado a Crianças de Zero a Três Anos (Atenção Precoce) e para determinar prioridade de atendimento em programas de visitas domiciliares a crianças da educação infantil apoiadas pela educação especial e a crianças da educação infantil com sinais de alerta para o desenvolvimento, nos termos que especifica.	Lei 14.880 (Site da Presidência da República)
MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.226	DOU; 29/05/2024	Altera a Lei nº 12.351, de 22.12.2010, para autorizar a utilização do superávit financeiro do Fundo Social como fonte de recursos para a disponibilização de linhas de financiamento a pessoas jurídicas e físicas localizadas em ente federativo em estado de calamidade pública, nos termos do art. 65 da Lei Complementar nº 101, de 4.5.2000, autoriza a União a aumentar a sua participação no Fundo Garantidor de Operações para a cobertura das operações contratadas no âmbito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar e do Programa Nacional de Apoio ao Médio Produtor Rural com beneficiários que tiveram perdas materiais nas áreas afetadas pelos eventos climáticos extremos ocorridos nos meses de abril e maio de 2024, e dispõe sobre a subvenção de que trata o art. 2º da Medida Provisória nº 1.216, de 9.5.2024.	Med. Prov. 1.226 (Site da Presidência da República)
MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.227	DOU; 04/06/2024	Prevê condições para fruição de benefícios fiscais, delega competência para julgamento de processo administrativo fiscal relativo ao Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural - ITR, limita a compensação de créditos relativos a tributos administrados pela Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil do Ministério da Fazenda e revoga hipóteses de ressarcimento e de compensação de créditos presumidos da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins.	Med. Prov. 1.1227 (Site da Presidência da República)

ATOS NORMATIVOS DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA/CASA CIVIL/AGÊNCIA BRASILEIRA DE INTELIGÊNCIA

Tipo/Número	Publicação/ Edição	Ementa/Resumo	Acesso ao Texto Integral
PORTARIA Nº 2.089	DOU; 04/06/2024	Cria a Câmara Temática do Sistema de Justiça em colaboração com o Sistema Brasileiro de Inteligência.	Port. 2.089 (Site da Imprensa Nacional)
PORTARIA Nº 2.090	DOU; 04/06/2024	Cria a Câmara Temática do Sistema Financeiro Nacional em colaboração com o Sistema Brasileiro de Inteligência.	Port. 2.090 (Site da Imprensa Nacional)

PORTARIA Nº 2.091	DOU; 04/06/2024	Estabelece os critérios e procedimentos de ingresso de órgãos e entidades no Sistema Brasileiro de Inteligência como órgãos dedicados, associados e federados.	Port. 2.091 (Site da Imprensa Nacional)

ATOS NORMATIVOS DO MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL/INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

Tipo/Número	Publicação/ Edição	Ementa/Resumo	Acesso ao Texto Integral
PORTARIA CONJUNTA Nº 47	DOU; 05/06/2024	Altera a Portaria Conjunta PRES/INSS/SRGPS/MPS nº 38, de 30 de outubro de 2023, que dispõe sobre a alteração na prorrogação automática de 30 (trinta) dias quando da solicitação pelo beneficiário de prorrogação de Benefício por Incapacidade Temporária.	Port. Conj. 47 (Site da Imprensa Nacional)

ATOS NORMATIVOS DO MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL/INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL/DIRETORIA DE BENEFÍCIOS E RELACIONAMENTO COM O CIDADÃO

Tipo/Número	Publicação/ Edição	Ementa/Resumo	Acesso ao Texto Integral
PORTARIA Nº 1.208	DOU; 04/06/2024	Aprova as Normas Procedimentais em Matéria de Benefícios.	Port. Conj. 95 (Site da Imprensa Nacional)
PORTARIA CONJUNTA Nº 95	DOU; 04/06/2024	Disciplina os procedimentos a serem adotados pelo Conselho de Recursos da Previdência Social e pelo Instituto Nacional do Seguro Social nos processos de recurso administrativo enquadrados no §2° a §4° do artigo 59 do regimento interno do Conselho de Recursos da Previdência Social.	Port. Conj. 95 (Site da Imprensa Nacional)

ATOS NORMATIVOS DO MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO

Tipo/Número	Publicação/ Edição	Ementa/Resumo	Acesso ao Texto Integral
PORTARIA Nº 895	DOU; 07/06/2024	Autoriza a suspensão da exigibilidade dos recolhimentos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS para os empregadores situados nos municípios do Estado do Rio Grande do Sul, listados no Anexo, alcançados por estado de calamidade pública, reconhecido pelo Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional.	Port. 895 (Site da Imprensa Nacional)

ATOS NORMATIVOS DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA			
Tipo/Número	**Publicação/ Edição**	**Ementa/Resumo**	**Acesso ao Texto Integral**
PROVIMENTO Nº 168	DJE/CNJ; 07/06/2024	Altera o Código Nacional de Normas da Corregedoria Nacional de Justiça do Conselho Nacional de Justiça - Foro Extrajudicial (CNN/CN/CNJ-Extra), instituído pelo Provimento n. 149, de 30 de agosto de 2023, para dispor sobre a proposta de solução negocial prévia ao protesto, sobre a proposta de renegociação de dívida já protestada e para dar outras providências.	Prov. 168 (Site do CNJ)
PROVIMENTO Nº 171	DJE/CNJ; 07/06/2024	Altera a redação dos artigos 425 e 431 do Provimento CNJ n. 149/2023, que institui o Código Nacional de Normas da Corregedoria Nacional de Justiça do Conselho Nacional de Justiça - Foro Extrajudicial (CNN/ CN/CNJ-Extra), que regulamenta os serviços notariais e de registro.	Prov. 171 (Site do CNJ)
RESOLUÇÃO Nº 439, de 07 de janeiro e 2022.	DJE/CNJ; 06/06/2024 *(Republicação)*	Autoriza os tribunais a instituírem programas de residência jurídica.	Res. 439 (Site do CNJ)
RESOLUÇÃO Nº 561	DJE/CNJ; 05/06//2024	Altera as Resoluções CNJ nº 106/2010 e 401/2021, conferindo maior efetividade à Política de Atenção Integral à Saúde de Magistrados e Servidores e às diretrizes de acessibilidade e inclusão de pessoas com deficiência nos órgãos do Poder Judiciário e em seus serviços auxiliares.	Res. 561 (Site do CNJ)
RESOLUÇÃO Nº 562	DJE/CNJ; 05/06//2024	Institui diretrizes de política judiciária para a estruturação, implantação e funcionamento do juiz das garantias no âmbito da Justiça Federal, Eleitoral, Militar, e dos Estados, Distrito Federal e Territórios, altera e acrescenta dispositivos da Resolução CNJ nº 213/2015, que dispõe sobre a apresentação de toda pessoa presa à autoridade judicial no prazo de 24 horas, conforme julgamento das Ações Diretas de Inconstitucionalidade nº 6.298, 6.299, 6.300 e 6.305 sobre a Lei nº 13.964/2019.	Res. 562 (Site do CNJ)
RESOLUÇÃO Nº 563	DJE/CNJ; 06/06//2024	Altera a Resolução CNJ nº 135/2011, que dispõe sobre a uniformização de normas relativas ao procedimento administrativo disciplinar aplicável aos magistrados, acerca do rito e das penalidades, e dá outras providências.	Res. 563 (Site do CNJ)
RESOLUÇÃO CONJUNTA Nº 10	DJE/CNJ; 04/06/2024	Dispõe sobre os procedimentos e as medidas para a destinação de bens e recursos decorrentes de decisões judiciais e instrumentos negociais de autocomposição em tutela coletiva, bem como sobre medidas de transparência, impessoalidade, fiscalização e prestação de contas.	Res. Conj. 10 (Site do CNJ)

ATOS NORMATIVOS DA CORREGEDORIA NACIONAL DE JUSTIÇA

Tipo/Número	Publicação/ Edição	Ementa/Resumo	Acesso ao Texto Integral
PROVIMENTO Nº 169	DJE/CNJ; 03/06/2024	Altera o Código Nacional de Normas da Corregedoria Nacional de Justiça do Conselho Nacional de Justiça - Foro Extrajudicial (CNN/CN/CNJ-Extra), instituído pelo Provimento n. 149, de 30 de agosto de 2023, para dispor sobre o registro único da incorporação e da instituição do condomínio especial sobre frações ideais.	Prov. 169 (Site do CNJ)
PROVIMENTO Nº 170	DJE/CNJ; 06/06/2024	Altera o prazo para transposição integral de todas as matrículas para fichas soltas e para disponibilização dos dados estruturados do Livro n. 4 - Indicador Real e do Livro n. 5 – Indicador Pessoal, previstos no inciso III do artigo 14 e no caput do art. 15 do Provimento n. 143, de 25 de abril de 2023.	Prov. 170 (Site do CNJ)

LEGISLAÇÃO MINEIRA

Tipo/Número	Publicação/ Edição	Ementa/Resumo	Acesso ao Texto Integral
DECRETO Nº 48.836	Minas Gerais; 04/06/2024	Dispõe sobre a autorização para redução dos incentivos e benefícios fiscais ou financeiro-fiscais dos quais decorram renúncias de receitas.	Dec. 48.836 (Site da ALMG)
LEI Nº 24.783	Minas Gerais; 07/06/2024	Estabelece diretrizes para o atendimento de alunos com transtorno específico de aprendizagem e Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade – TDAH – no âmbito da rede estadual de ensino.	Lei 24.783 (Site da ALMG)
LEI Nº 24.784	Minas Gerais; 07/06/2024	Acrescenta dispositivo à Lei nº 12.666, de 4 de novembro de 1997, que dispõe sobre a política estadual de amparo ao idoso e dá outras providências.	Lei 24.784 (Site da ALMG)
LEI Nº 24.786	Minas Gerais; 07/06/2024	Institui o Sistema Estadual de Atendimento Integrado à Pessoa com Transtorno do Espectro do Autismo no âmbito do Estado.	Lei 24.786 (Site da ALMG)
LEI Nº 24.790	Minas Gerais; 07/06/2024	Altera o art. 2º da Lei nº 18.315, de 6 de agosto de 2009, que estabelece diretrizes para a formulação da Política Estadual Habitacional de Interesse Social – Pehis.	Lei 24.790 (Site da ALMG)
LEI Nº 24.791	Minas Gerais; 07/06/2024	Estabelece penalidades administrativas para combater a receptação de materiais metálicos. Considera materiais metálicos cabos e fios de cobre e alumínio, geradores, baterias, transformadores, placas e similares, ligas metálicas ferrosas e não ferrosas, os filamentos monomodo ou multimodo de fibra ótica utilizada para a transmissão de dados e de sinais.	Lei 24.791 (Site da ALMG)

LEI COMPLEMENTAR Nº 174	Minas Gerais; 08/06/2024	Altera a Lei Complementar nº 59, de 18 de janeiro de 2001, que contém a organização e divisão judiciárias do Estado de Minas Gerais, e dá outras providências.	Lei Compl. 174 (Site da ALMG)

ATOS NORMATIVOS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Tipo/Número	Publicação/ Edição	Ementa/Resumo	Acesso ao Texto Integral
AVISO Nº 146	DJE; 05/06/2024	Avisa sobre a relação de comarcas remanescentes disponibilizadas para nova lotação por parte dos juízes de direito substitutos em formação inicial.	Aviso 146 (Site do TJMG)
AVISO Nº 147	DJE; 05/06/2024	Avisa sobre a abertura de inscrição para atuação de juízes de direito na Central de Audiência de Custódia da Comarca de Belo Horizonte - CEAC/BH, no ano de 2024	Aviso 147 (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 6.585	DJE; 03/06/2024	Altera a Tabela I do Anexo Único da Portaria da Presidência nº 6.180, de 26 de maio de 2023, para instituir o valor de referência devido a médicos e dentistas a título de honorários periciais em ações envolvendo erro médico.	Port. 6.585 (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 6.586	DJE; 06/06/2024	Designa Juíza Coordenadora do Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania da Comarca de Capelinha	Port. 6.586 (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 6.587	DJE; 06/06/2024	Designa Juiz Coordenador do Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania da Comarca de Itamarandiba.	Port. 6.587 (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 6.588	DJE; 07/06/2024	Designa Juíza Coordenadora e Juíza-Adjunta do Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania da Comarca de Sabará.	Port. 6.588 (Site do TJMG)
PORTARIA CONJUNTA Nº 1.556	DJE; 03/06/2024	Constitui Grupo de Trabalho para promover estudos e encaminhamentos sobre o sistema e a estrutura funcional das Centrais de Cumprimento de Sentenças no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais - CENTRASEs TJMG	Port. Conj. 1.556 (Site do TJMG)
PORTARIA CONJUNTA Nº 1.557	DJE; 04/06/2024	Altera a Portaria Conjunta da Presidência nº 1.409, de 28 de outubro de 2022, que “Regulamenta as ações educacionais promovidas pela Escola Judicial Desembargador Edésio Fernandes”.	Port. Conj. 1.557 (Site do TJMG)
PORTARIA CONJUNTA Nº 1.558	DJE; 04/06/2024	Altera a Portaria Conjunta da Presidência nº 76, de 17 de março de 2006, que “Dispõe sobre jornada e horário, registro, apuração e controle de frequência, serviço extraordinário e afastamento dos servidores da Secretaria do Tribunal de Justiça e da Justiça de primeiro Grau do Estado de Minas Gerais”.	Port. Conj. 1.558 (Site do TJMG)
PORTARIA CONJUNTA Nº 1.559	DJE; 05/06/2024	Altera a Portaria Conjunta da Presidência nº 1.055, de 23 de setembro de 2020, que “Instala o Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania - CEJUSC Virtual no âmbito do Estado de Minas Gerais”.	Port. Conj. 1.559 (Site do TJMG)

PORTARIA CONJUNTA Nº 1.560	DJE; 05/06/2024	Altera a Portaria Conjunta da Presidência nº 1.411, de 9 de novembro de 2022, que "Instala o Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania para demandas de Direito Tributário da Justiça de Primeiro e Segundo Graus do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais - CEJUSC Tributário".	Port. Conj. 1.560 (Site do TJMG)
PORTARIA CONJUNTA Nº 1.561	DJE; 05/06/2024	Altera a Portaria Conjunta da Presidência nº 1.447, de 23 de fevereiro de 2023, que "Instala o Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania para demandas de Direito à Saúde da Justiça de Primeiro e Segundo Graus do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais - CEJUSC Saúde".	Port. Conj. 1.561 (Site do TJMG)
PORTARIA CONJUNTA Nº 1.562	DJE; 05/06/2024	Altera a Portaria Conjunta da Presidência nº 1.457, de 27 de março de 2023, que "Instala o Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania para demandas de Direito relativos a indígenas, quilombolas e demais povos e comunidades tradicionais da Justiça de Primeiro e Segundo Graus do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais - CEJUSC Povos e Comunidades Tradicionais".	Port. Conj. 1.562 (Site do TJMG)
PORTARIA CONJUNTA Nº 1.563	DJE; 05/06/2024	Altera a Portaria Conjunta da Presidência nº 1.427, de 15 de dezembro de 2022, que "Instala o Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania para demandas de Direito Empresarial da Justiça de Primeiro e Segundo Graus do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais - CEJUSC Empresarial".	Port. Conj. 1.563 (Site do TJMG)

ATOS NORMATIVOS DA CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

Tipo/Número	Publicação/ Edição	Ementa/Resumo	Acesso ao Texto Integral
PORTARIA Nº 8.015	DJE; 04/06/2024	Designa servidoras para atuar no Projeto Equipe de Apoio instituído pela Corregedoria-Geral de Justiça do Estado de Minas Gerais.	Port. 8.015 (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 8.016	DJE; 05/06/2024	Determina a realização de Inspeção Técnica na Comarca de Buenópolis para fiscalização dos serviços notariais e de registro.	Port. 8.016 (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 8.017	DJE; 05/06/2024	Avoca para a Corregedoria-Geral de Justiça do Estado de Minas Gerais - CGJ a competência de procedimento disciplinar, bem como instaura Sindicância Administrativa e designa Comissão Sindicante.	Port. 8.017 (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 8.018	DJE; 06/06/2024	Prorroga o prazo concedido pela Portaria da Corregedoria-Geral de Justiça nº 7.854, de 7 de dezembro de 2023, que "Instaura Processo Administrativo Disciplinar e designa Comissão Processante".	Port. 8.018 (Site do TJMG)

PORTARIA Nº 8.019	DJE; 05/06/2024	Designa juíza de direito para o exercício, em caráter interino, das atribuições de proteção às pessoas idosas da Comarca de Congonhas e revoga a Portaria da Corregedoria-Geral de Justiça nº 8.004, de 24 de maio de 2024.	Port. 8.019 (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 8.020	DJE; 07/06/2024	Reconduz juíza de direito para o exercício das funções de Diretora do Foro da Comarca de Ipatinga.	Port. 8.020 (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 8.021	DJE; 06/06/2024	Reconduz juiz de direito para o exercício das funções de Diretor do Foro da Comarca de Santa Rita do Sapucaí.	Port. 8.021 (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 8.022	DJE; 07/06/2024	Reconduz juiz de direito para o exercício das atribuições de proteção às pessoas idosas na Comarca de Santa Rita do Sapucaí.	Port. 8.022 (Site do TJMG)

Edição e publicação: COBIB – Coordenação de Documentação e Biblioteca
Sugestões ou críticas: E-mail: cobib@tjmg.jus.br

Para receber o Boletim de Legislação por meio eletrônico, envie e-mail para cadastro-ble@lista.tjmg.jus.br. O sistema remeterá uma mensagem de confirmação.